

Panorama brasileiro na relação entre ciência e conservação de acervos

Luiz A. C. Souza

É doutor em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Atualmente é professor associado e vice-diretor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO

O artigo aborda as relações entre as práticas científicas e a conservação de acervos no contexto nacional. Discute o processo de construção e transformação do papel da ciência na área de preservação do patrimônio cultural assim como o uso de laboratórios como base de sustentação de atividades específicas de restauração e a necessidade de formação e qualificação profissional para atender à demanda de projetos que visam à organização e à conservação de acervos.





A natureza material dos bens culturais tangíveis é a característica primordial que promove, no âmbito das ciências exatas e biológicas, a abordagem dos estudos que levam à identificação de seus materiais e técnicas construtivas, por um lado, e ao conhecimento de sua vulnerabilidade e propensão à degradação, por outro. Ou seja, além de todos os valores associados aos bens culturais, como os valores históricos, estéticos, sociais, econômicos, pessoais, entre outros, não se pode deixar em segundo plano a natureza material desses bens, que determina, em última instância, a sua durabilidade no tempo, enquanto portadores de uma mensagem ou de valores intrínsecos relativos a um artista, um movimento ou mesmo a um povo e suas tradições.

O desenvolvimento da área de ciências aplicadas à conservação e restauração de obras de arte é relativamente recente no Brasil e no exterior. Já na década de 1960, quando de uma missão no Brasil, a serviço da Unesco, o Dr. Paul Coremans, então diretor do Irpa – Instituto Real do Patrimônio Artístico, da Bélgica, recomendava o seguinte:

No estágio atual, o Laboratório do Dphan pode ser definido como um laboratório técnico, onde o conhecimento racional da matéria a partir de testes diversos leva a técnicas razoáveis de conservação e

restauração. Trata-se agora de transformá-lo num laboratório científico, graças à incorporação de aparelhagem física (em primeiro lugar, me parece, para a espectrografia de emissão e absorção) e ao recrutamento de um físico universitário. Este encontrará no Sr. Motta um guia seguro que dará um sentido prático às suas pesquisas, enquanto o diretor de divisão e o chefe do laboratório poderiam enfim aprofundar outros domínios tão pouco explorados até hoje. (COREMANS, 1964)

Infelizmente, as recomendações do Dr. Coremans somente vieram a ser parcialmente implementadas durante a década de 1980, quase 20 anos mais tarde, como veremos. O antigo Dphan, citado pelo Dr. Coremans, é o atual Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, voltado à proteção, preservação e gestão do patrimônio cultural brasileiro. Apesar da importância do Iphan como organismo nacional de proteção do patrimônio cultural, consideramos ainda muito incipiente, senão praticamente nula, sua ação enquanto promotor do avanço da ciência e tecnologia para a conservação de bens culturais.

A sugestão do Dr. Coremans, em 1969, focalizava a importância da ciência como ferramenta necessária para o conhecimento da matéria e o desenvolvimento de técnicas de conservação e

restauração. Trata-se evidentemente do papel fundamental da ciência para a conservação e restauração de bens culturais. Entretanto, sua importância vai além da questão relativa às atividades de restauração. De forma complementar a essa questão (materiais e restauração), do ponto de vista da conservação, é o conhecimento dos materiais e de seu comportamento frente a variações ambientais como temperatura, iluminação, poluentes, umidade relativa e vários outros agentes de degradação, que serve como base para a garantia da permanência e a estabilidade tanto das intervenções quanto dos próprios bens culturais. Por outro lado, o estudo científico de obras de arte e bens culturais, no tocante a seus materiais e técnicas construtivas, é fundamental para o conhecimento de dados relativos à história da arte, etnografia e da cultura como um todo.

No Brasil, até poucos anos atrás não houve contribuições significativas de cientistas para um conhecimento efetivo de nossas obras de arte e outros bens culturais, no que se refere tanto aos materiais e tecnologia utilizados em sua fabricação, quanto aos procedimentos e materiais necessários à sua conservação e restauração. A médio e longo prazo, para o desenvolvimento dessa área no Brasil é extremamente importante a formação de grupos consolidados de pesquisa que trabalhem em distintas áreas, como metais, têxteis, papel, vidros, porcelana, objetos etnográficos, fibras vegetais e animais, couro, madeira, etc. Somente através do conhecimento aprofundado da composição material de bens culturais é que se pode partir para uma estratégia de conservação a longo prazo.

A questão principal é que é preciso conhecer para conservar!

SOMENTE ATRAVÉS DO CONHECIMENTO APROFUNDADO DA
COMPOSIÇÃO MATERIAL DE BENS CULTURAIS É QUE SE PODE PARTIR
PARA UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO A LONGO PRAZO.

Numa perspectiva ampla, porém voltada para a abordagem da metodologia científica na conservação e restauração de bens culturais, os problemas enfrentados envolvem o desenvolvimento de mecanismos apropriados e a formação adequada de pessoal qualificado para a compreensão da natureza material dos bens culturais, tanto móveis quanto imóveis, que possibilitem o conhecimento aprofundado da tecnologia de produção desses bens,

seus materiais constitutivos, sua interação com agentes de degradação como a umidade, o calor, os poluentes, etc. Assim, para a conservação e restauração de bens culturais é premissa básica a identificação dos fatores que caracterizam a vulnerabilidade de materiais à degradação, através de métodos físicos e físico-químicos de análise, além de ensaios não-destrutivos de caracterização de resistência mecânica e contra intemperismos, por meio de processos de envelhecimento acelerado e compreensão da realidade ambiental brasileira, com sua variedade climática, dentre outros aspectos peculiares tanto à nossa região quanto às nossas obras de arte.

No Brasil, diversos grupos consolidados de pesquisa podem e deveriam atuar na área, mas uma tomada de decisão que possibilitasse não somente a produção de conhecimento, mas também a formação de pessoal seria necessária da parte de seus líderes. O acesso e o uso de técnicas analíticas altamente avançadas para o estudo e a conservação de bens culturais não são de forma alguma condições suficientes para o avanço da conservação e a efetiva contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do setor. O ambiente interdisciplinar, onde convivam químicos, físicos, biólogos, geólogos, além de conservadores, museólogos, historiadores, antropólogos e arqueólogos, é a única instância que permitiria, em tese, a necessária integração entre esses profissionais, levando à interpretação correta de resultados de análises, no contexto dos objetos e de sua realidade.

Outra questão primordial, ligada evidentemente à primeira, é que é imprescindível conservar para não restaurar. A abordagem dos problemas por essa perspectiva permite a formulação de estratégias de conservação preventiva, que constituem a outra

face estratégica de ações em ciência e tecnologia. Nessa abordagem são estudados e desenvolvidos métodos de prevenção e tratamento contra infestações por insetos e fungos; adequação ambiental tanto de edificações quanto de microclimas (vitruvas), através de métodos ativos, como a adaptação de equipamentos de controle ambiental (sistemas de condicionamento de ar) ou de métodos passivos, como o uso de materiais hidrófilos para a estabilização de variáveis como a umidade relativa e a temperatura, além do possível controle de poluentes internos e externos. Novamente, o trabalho em conservação preventiva tem caráter essencialmente interdisciplinar, importando a convergência de ações e a consolidação de grupos de trabalho que envolvam conservadores, químicos, físicos, biólogos, geólogos, arquitetos, engenheiros, alunos de graduação e de pós-graduação. Ao governo caberia desenvolver mecanismos eficientes de controle de qualidade nas ações de preservação em curso no Brasil, uma vez que os mecanismos atuais de avaliação dos projetos são basicamente voltados para o gerenciamento financeiro de atividades de conservação e restauração, o que tem comprometido em muito a qualidade e a durabilidade das intervenções. Uma vez estabelecidas a prática da pesquisa científica, a formação de pessoal qualificado e a ação reguladora do governo no que se refere à qualidade, com certeza o futuro e a preservação da memória da cultura e do povo brasileiro estarão assegurados.

O perfil, as funções e os requisitos do cientista da conservação

Ao final da década de 1990, foram realizados na Europa encontros, promovidos pelo Iccrom, com a finalidade de se discutir em detalhes o envolvimento e o papel dos cientistas no cenário da conservação e restauração de bens culturais. O encontro realizado em Bolonha, em novembro de 1999, culminou com a publicação do Documento de Bolonha, que define o “cientista da conservação” e apresenta alguns requisitos básicos para que um profissional possa efetivamente ser compreendido como tal:

Cientista com um título em ciências naturais (física, química, biologia, geologia, etc.) ou em disciplinas científicas aplicadas, com conhecimentos adicionais em conservação (ética, história, valores culturais, tecnologias históricas, técnicas e práticas de conservação passadas e atuais, aspectos científicos específicos, etc.) que proporcionem a ele/ela contribuir para o estudo e a conservação do patrimônio cultural num grupo interdisciplinar.

Nessa definição é clara a necessidade de formação básica em ciências naturais ou em disciplinas científicas aplicadas (como as engenharias, por exemplo), além do domínio efetivo de conheci-

mentos adicionais em conservação, abrangendo desde aspectos relativos à ética da conservação até disciplinas como a história, a abordagem dos valores culturais, técnicas de intervenção e conservação, etc. Evidencia-se a necessidade da prática e promoção de atividades e formação de grupos interdisciplinares.

Por outro lado, o final da definição mostra brevemente a amplitude da abordagem científica na conservação de bens culturais, que deve proporcionar tanto o estudo (de materiais, proveniência, técnicas construtivas, etc.) quanto a conservação (técnicas e materiais de intervenção, vulnerabilidade de objetos aos agentes de degradação, etc.).

O mesmo documento estabelece ainda as funções do cientista da conservação, a saber:

- Estudar, investigar e monitorar o patrimônio cultural e seu ambiente no tocante à conservação e preservação;
- Definir, desenvolver e avaliar conceitos de conservação, materiais, medidas, métodos e técnicas e desenvolver protocolos e sugestões de procedimentos;
- Providenciar diagnósticos antes, durante e após intervenções de conservação e restauração;
- Conduzir pesquisa sobre as causas e mecanismos de deterioração e interpretar resultados científicos para o benefício da conservação do patrimônio cultural;
- Comunicar os princípios científicos da conservação e promover a pesquisa científica em conservação;
- Cooperar com outras disciplinas.

Em relação à prática da ciência da conservação, o Documento de Bolonha esclarece que o cientista da conservação deveria apresentar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- experiência na abordagem fenomenológica para a resolução de problemas;
- habilidade para formular e executar pesquisas;
- habilidade para a utilização prática de conhecimentos teóricos;
- habilidade para trabalhar em grupos interdisciplinares;
- habilidade para comunicação (didática e gestão de pessoas).

Finalmente, com respeito à formação e treinamento de cientistas da conservação, o Documento de Bolonha (1999) estabelece:

Existem duas rotas possíveis para se tornar um cientista da conservação:

- o cientista deveria seguir um curso de pós-graduação em Ciência da Conservação que incluía treinamento, prática e pesquisa. A colaboração muito próxima com conservadores-restauradores e também com cientistas da conservação é essencial;
- o cientista deveria receber treinamento na prática, por parte de um grupo de cientistas da conservação, e realizar atividades de formação continuada, além de participar de cursos e atividades relevantes na área.

Assim, fica evidente a necessidade de estabelecimento efetivo, no Brasil, de grupos de trabalho interdisciplinares que envolvam profissionais vinculados a museus, acervos, e à conservação, no seu sentido mais amplo.

A formação de conservadores-restauradores de bens culturais – a necessidade de uma abordagem mais ampla

Nas últimas décadas, a conservação e a restauração de bens culturais, em geral, têm experimentado diversos estágios evolutivos, que, em virtude das mudanças na sociedade, influenciam diretamente a forma como a conservação e a restauração têm sido praticadas, ensinadas e mesmo pensadas como disciplina.

Para distinguir os diversos tipos de problemas enfrentados na conservação e restauração do patrimônio cultural, é comum uma classificação ampla, que divide os elementos culturais em bens móveis, bens imóveis, bens integrados e,

A NOVA REALIDADE GLOBALIZADA REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA CONSOLIDAÇÃO DESSA VISÃO MAIS AMPLA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS.

finalmente, bens intangíveis, que têm recebido atenção especial, novamente devido às grandes mudanças observadas na sociedade. Como pretendemos demonstrar, o que antes correspondia a uma diferenciação didática terminou por representar um empecilho ao desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, pela classificação e categorização dos objetos culturais em estruturas rígidas que prejudicam uma abordagem mais integrada da problemática da conservação. Essa abordagem deveria partir do contexto dos objetos e coleções até o âmbito do ambiente físico e natural, passando, portanto, por questões relativas ao meio ambiente das coleções (considerações sobre clima, armazenagem, exposição, acesso), ao ambiente construído (patrimônio arquitetônico) e, finalmente, à dimensão urbanística e ambiental.

As instituições que atuam com o patrimônio, nos níveis internacional, nacional, regional e local, também se valem dessa divisão de áreas, até mesmo por motivos administrativos. O Icom-CC – Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus, por exemplo, tem atualmente 22 grupos de trabalho, congregando profissionais que atuam em pinturas, esculturas, fotografia, couro, material arqueológico, metais, têxteis, cerâmica,

vidros, dentre outros. A diversidade desses grupos permite claramente observar que os profissionais ligados à atuação em bens móveis trabalham principalmente na conservação e restauração de objetos e coleções, não tendo como foco de atenção os centros históricos, sítios e monumentos arquitetônicos. Esses bens culturais são, principalmente, objeto de atenção dos profissionais filiados ao Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

Fica portanto evidente a necessidade de uma visão mais ampla da formação e da prática em conservação e restauração de bens culturais, que vá além das fronteiras entre bens móveis e imóveis, implicando definitivamente uma atuação interdisciplinar dos profissionais de conservação com a finalidade de alcançar resultados positivos, tanto para a conservação de bens móveis quanto imóveis, levando-se em conta também os aspectos sociais, urbanos e econômicos dos problemas enfrentados. A nova realidade globalizada reforça a importância da consolidação dessa visão mais ampla da conservação e restauração de bens culturais.

A formação de conservadores-restauradores de bens culturais no Brasil

No Brasil, a formação universitária de conservadores-restauradores iniciou-se na década de 1980, através de convênios entre o Iphan, a Unesco e as Universidades Federais da Bahia e de Minas Gerais. Na Bahia, o Cece – Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos – foi criado em 1981 para a formação de arquitetos-conservadores. Em Minas Gerais, o Curso de Especialização em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis foi inicialmente oferecido em 1978, passando depois à sede do Cecor – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, inaugurado na Escola de Belas-Artes da UFMG em 1980.

Esses cursos, ambos em nível de especialização, ainda hoje são oferecidos, mas, na Bahia, o foco recai sobre a formação de profissionais para atuar em sítios e monumentos e, em Minas Gerais, sobre a formação de profissionais para atuar em bens móveis. Na década de 1990 e, finalmente, no início do século XXI, podemos contar com a oferta, no Brasil, de vários outros cursos de especialização, em diversas áreas vinculadas ao patrimônio. Dentre os mais importantes citamos os cursos oferecidos pelo Ceci – Centro de Conservação Integrada, da Universidade Federal de Pernambuco, que atua principalmente na área de urbanismo e gestão de patrimônio urbano, e o Curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica, oferecido pela Escola de Arquitetura da UFMG.

Comparativamente à formação na área de museologia, que já conta há décadas com dois cursos de graduação (Unirio e UFBA), não existe, no Brasil, formação em conservação e restauração de bens culturais em nível de graduação. A Unicamp anunciou, recentemente, a aprovação de um curso de

conservação e restauração em nível de graduação, e a UFMG analisa, em suas instâncias superiores (pró-reitoria de graduação), desde 2001, a proposta de criação de um curso de graduação em conservação e restauração.

Qual a importância, no presente contexto, de se discutir formação em conservação e restauração de bens culturais em termos da questão central deste artigo, o panorama brasileiro na relação entre ciência e conservação de acervos?

Em nossa opinião, não há avanço na conservação e restauração de acervos se não houver, concomitantemente, avanço na área de ciência e tecnologia para a conservação de bens culturais.

Enquanto na Europa e na América do Norte os grandes laboratórios de pesquisa em ciência e tecnologia para a conservação de bens culturais associaram-se, em sua gênese, a grandes museus, como o Museu do Louvre, na França, e a National Gallery of Art, na Inglaterra, as atividades de ciência e tecnologia para a conservação e restauração de bens culturais, no Brasil, encontram-se intimamente vinculadas à formação de pessoal no nível universitário.

Tanto na Bahia quanto em Minas Gerais, os laboratórios pioneiros são, respectivamente, o Núcleo Técnico de Preservação e Restauo, vinculado inicialmente ao Cece e à Escola de Arquitetura da UFBA, e o Laboratório de Ciência da Conservação, da Escola de Belas-Artes da UFMG, vinculado ao Cecor – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

Dessa forma, considerando os avanços das pesquisas específicas, interdisciplinares e multidisciplinares, como também a alteração dos paradigmas da ciência e a indispensabilidade de ações ancoradas no conhecimento, torna-se premente que os cen-

tros universitários – por excelência locus estruturante de pesquisa – comprometam-se com a formação de profissionais e com o investimento em laboratórios específicos, vinculados à ciência da conservação. À demanda gerada teremos como resposta mais recursos provenientes de instituições de fomento para projetos na área, o estabelecimento de protocolos mais acurados na definição de propostas e a atração de pesquisadores das mais variadas áreas de conhecimento para atuarem em pesquisas relacionadas à preservação de bens culturais.

REFERÊNCIAS

BERDUCOU, M.C.(Org.). *La conservation en archéologie*. Paris: Masson, 1990.

BOUCHENAKI, Mounir. International conservation organizations. *The GCI Newsletter*, v. 14, n. 1, Spring 1999, s.p.

BRANDI, Cesare. Theory of restoration. In: *Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 230-5; 330-342; 377-393.

COREMANS, Paul. Organización de un servicio nacional de preservación de los bienes culturales. In: *Boletín da Unesco*, Paris, 1964.

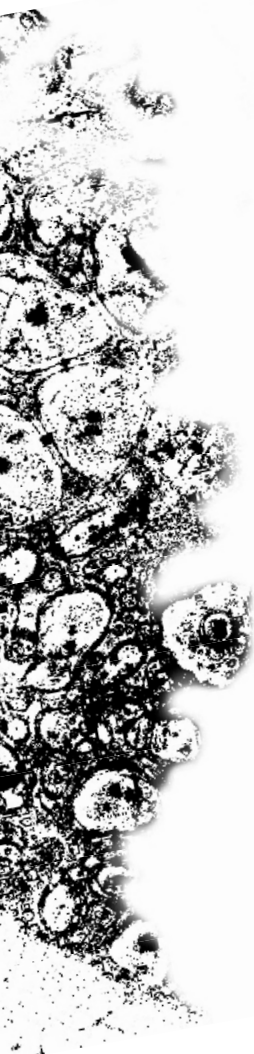
EPISCON. European Ph-D in Science Conservation. Disponível em: <http://www.episcon.scienze.unibo.it/episcon>. Acesso em 17 de abril de 2006.

EU-ARTECH. Access, research and technology for the conservation of European cultural heritage. Disponível em: <http://www.eu-artech.org/>. Acesso em 17 de abril de 2006.

FRONER, Yacy-Ara. Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da museologia, arqueologia e ciência da conservação. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

GCI. About GCI Science. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation>. Acesso em 17 de abril de 2006.

GUTIERREZ, Ramon. História, memória e comunidade. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: SMC/DPH, 1992, p. 121-128.



ICCROM. Documento di Bologna, 1999. Disponível em: <http://www.episcon.scienze.unibo.it/episcon/bologna-document>. Acesso em 17 de abril de 2006.

ICOM. Working groups. Disponível em: <http://icom-cc.icom.museum/WorkingGroups/>. Acesso em 17 de abril de 2006.

ICOMOS. International Scientific Committes. Disponível em: <http://www.icomos.org>. Acesso em 17 de abril de 2006.

LEVIN, Jeffrey. The future of conservation. The GCI Newsletter, v. 6, n. 1, Fall 1999.

MATERO, Frank. Ethics and policy in conservation. The GCI Newsletter, v. 15, n. 1, Spring 2000.

PHILIPPOT, Paul. Historic preservation: philosophy, criteria, guidelines. In: Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage. Los Angeles: GCI, 1996, p. 268-274 (1.ed. 1972).

PHILIPPOT, Paul. Restoration from the perspective of the humanities. In: Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage. Los Angeles: GCI, 1996, p. 216-229.

SMITHSONIAN MUSEUM INSTITUTE. Conservation and technical studies. Disponível em: <http://www.si.edu/mci/english/research/index.html>. Acesso em 17 de abril de 2006.

SOUZA, Luiz Antonio Cruz. A importância da conservação preventiva. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, v. 52, p. 87-93, jan.1994.

THOMPSON, J. M. A. The manual of curatorship: a guide to museum practice. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

THOMSON, G. Climate control policy. In: Icom, Zagreb, 1978.

THOMSON, G. The museum environment. London: Butterworths, 1982.